

“TENDO A SUA PRÓPRIA LETRINHA... É UM PESO MAIOR”: ANÁLISE DE PRÁTICAS DE LETRAMENTO A PARTIR DA PRODUÇÃO LOCAL DE ATAS E AGENDAS

Luanda Rejane Soares SITO¹

RESUMO: O objeto de análise deste artigo são atas produzidas em uma Associação Comunitária Quilombola, na qual seus participantes vivenciam a regularização de suas terras a partir da “Constituição Cidadã” (de 1988). Seu objetivo é entender as práticas de letramento desse grupo de lideranças de uma comunidade quilombola gaúcha em um contexto de conflitos com o poder público. Essa análise - que tem por base a perspectiva da Linguística Aplicada e parte do viés sócio-cultural dos Estudos do Letramento - busca ter um olhar crítico para como se dá o uso da escrita na comunidade pesquisada. O gênero discursivo ata que servia, num primeiro momento, para registrar atividades referentes a negociações para o título da terra, passa a ser apropriado, ao longo do processo de regularização, pelas as lideranças para suas próprias atividades locais.

Palavras-chave: Eventos de Letramento; Comunidades Quilombolas; Escrita.

RESUMEN: El objeto de análisis de este artículo son actas producidas en una Asociación Comunitaria “Quilombola”, donde sus participantes buscan la titulación de sus tierras con base en la “Constitución Ciudadana” brasileña (de 1988). Su objetivo es entender las prácticas letradas de ese grupo de líderes de una comunidad negra gaúcha en un contexto de conflictos con el poder público. Ese análisis – con base en la perspectiva de la Linguística Aplicada y de los Nuevos Estudios de Literacidad – intenta poner una mirada crítica sobre como ocurre el uso de la escritura en la comunidad investigada. El género discursivo acta que, en un primer momento, era usado para registrar solamente negociaciones cuanto al título de la tierra, pasó a ser apropiado, a lo largo de la regularización territorial, por los líderes para actividades con fines locales.

Palabras-clave: Eventos Letrados; Territórios Étnicos; Escritura.

1. Introdução

Neste trabalho, analisamos atas produzidas em uma Associação Comunitária Quilombola, na qual seus participantes vivenciam a regularização de suas terras a partir da “Constituição Cidadã” (de 1988). Nosso objetivo é entender, por meio dos usos da escrita, as práticas de letramento de um grupo de lideranças de uma comunidade quilombola gaúcha, em um contexto de conflitos com o poder público decorrentes do processo de regularização territorial.

Utilizando dados de nossa pesquisa de mestrado² - inserida no grupo *Letramento do professor*, coordenado pela Prof^a. Dra. Angela Kleiman - alinhamo-nos à orientação teórica e

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem UNICAMP.

² Esta pesquisa recebe financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

epistemológica da vertente sociocultural dos Estudos do Letramento (Street, 1984; Kleiman, 1995), no campo aplicado dos estudos da linguagem (Moita Lopes, 2006), para gerar os dados e realizar esta análise. Em nossa investigação, que utiliza metodologia qualitativa (Denzin e Lincoln, 2006), foram empregados métodos etnográficos de observação participante e entrevistas semi-estruturadas; além de contar com documentos produzidos por moradores da comunidade e com dados audiovisuais de interações.

Nosso contato com a comunidade participante desta pesquisa foi mediado pelo Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ), que assessorava a constituição da Associação Comunitária local – a *Associação Comunitária Dona Quitéria*. Essa assessoria era decorrente do processo de titulação de suas terras com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual assegura a comunidades quilombolas a possibilidade de titulação de suas terras. Desde o final da década de 90, o estado do Rio Grande do Sul iniciou o processo de regularização de seus territórios remanescentes de quilombo.

No cenário nacional, como discute Almeida (2002), essas comunidades – agora constitucionalmente chamadas quilombolas – inserem-se em contatos e disputas com diferentes atores representantes de entidades civis e instituições públicas, emergindo como agentes políticos com uma nova etnicidade. Nesse sentido, destacamos que essa experiência de regularização territorial quilombola mantém o perfil de exploração colonial descrito por Rama (1985), quando reitera que “a centralização do Estado, para organizar a cidade, se constitui a partir da burocratização para dialogar com seus membros, o que se torna mais difícil para aqueles que estão na “periferia” física e/ou política desses centros” (Sito, 2010, p. 48)

Esse novo cenário de diálogo com o poder público desafia as lideranças locais por conta da burocracia – com inúmeras situações de uso da escrita – que lhes é imposta para que possam acessar a seus direitos.

2. Um pouco de história...

A comunidade quilombola gaúcha com a qual trabalhamos está localizada numa área rural do município de Mostardas, situada no litoral do Rio Grande do Sul. Conforme relatado por Leite (2004), essas terras, antes fazenda de portugueses, foram legadas em testamento por Dona Quitéria do Nascimento a 12 escravos da fazenda no ano de 1826, os quais, naquele momento, tornam-se livres e com um pedaço de terra que ficaria em usos e frutos para seus descendentes. Ao longo dos anos, esses herdeiros sofreram muito esbulho e acabaram

perdendo parte das terras para fazendeiros dos arredores. A luta pela segurança do seu território foi uma constante em sua história. Após um grande número de processos, em 1996, iniciou-se a luta pela terra com base no artigo 68.

Para acessar às políticas públicas de regularização fundiária, moradores dessa comunidade começaram a organizar uma Associação Comunitária em 1999. Sua sede tornou-se um espaço de sociabilidade. A *Associação Comunitária Dona Quitéria* sedia tanto as reuniões de negociações sobre a titulação da terra – contato com instituições como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidades, movimentos sociais, Ministério Público etc. -, quanto os encontros, os cursos e as festas.

Nesse local, observamos inúmeras vezes o registro de atas, que era feito por membros da comunidade, em geral, a secretária da Associação. O processo de redação da ata gerava conflito, seja por dúvidas quanto ao gênero, seja por dúvidas quanto à escolha das informações das reuniões que deveriam ser incluídas no texto. Essas interações geraram a emergência de letramentos de contato (Zavala, 2002), desenvolvidos nos confrontos as lideranças e os representantes do Estado.

Essa experiência de assessoria política levou-nos a refletir sobre como as lideranças quilombolas vinham lidando com as práticas sociais de escrita que passavam a ser exigidas durante o processo de titulação de terras, como, por exemplo, a escrita da ata para a Associação Comunitária local. Esse processo apontava para questões de escrita e identidade, pois os ambientes nos quais as lideranças mais interagem com a escrita estavam relacionados com a identidade quilombola. Levando isso em conta, centraremos nossa análise nos textos produzidos em meio à luta pela terra.

3. Falando sobre as concepções de linguagem e letramento

Para sustentar nossa orientação sócio-cultural dos Estudos de letramento, optamos por fundamentar esta pesquisa na noção de linguagem bakhtiniana, pela qual os usos da linguagem ocorrem em uma interação e, por isso, estão imersos (e emergem) em um contexto sociohistórico. Nessa concepção, baseada nas idéias do Círculo de Bakhtin,

a forma lingüística (...) sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (Bakhtin/Voloshínov, 1995, p. 95).

De fato, não dizemos simplesmente por dizer. A enunciação é a projeção de uma posição do sujeito no mundo: de/em algum lugar, em algum momento e para um outro. Em palavras bakhtnianas, “a concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva.” (*idem*, p. 103). Esse conceito de linguagem nos possibilita entender que os usos sociais da escrita imergem (e emergem de) em um contexto sócio-histórico com o qual estão dialogando. Para o Círculo,

o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (*idem*, p. 107).

Essa concepção de diálogo inclui também a idéia de diálogo face a face, pois, para o Círculo de Bakhtin, o diálogo pode ser compreendido num sentido mais amplo, ou seja, não apenas como a comunicação em voz alta de pessoas que estão face a face, mas como toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (Bakhtin/Voloshínov, 1995, p. 107). Nesse processo de concretização da palavra, a resposta a um outro gera sentidos que se refletem e se refratam ao dialogarem com os outros ditos. Na refração, as significações são “construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais” (Faraco, 2009, p. 51).

Considerando essas observações, centramos nosso olhar no modo pelo qual as práticas de letramento, geradas no processo de luta pela titulação da terra, constituem-se nos usos da escrita. Nesse enfoque, as situações de uso da escrita são o objeto de análise, assim como a própria produção escrita decorrente desses eventos. Conforme conceito formulado por Heath (1982), nessa vertente de pesquisa, o olhar se volta para interações nas quais a escrita é integrante da natureza das interações dos participantes, além de observar conjuntamente suas estratégias e processos interpretativos, ou *eventos de letramento*.

A partir dessas situações observadas, entrevistamos os participantes para conhecer seus valores, crenças e concepções acerca do uso da escrita, suas *práticas de letramento*, bem como analisamos os escritos que produzem por conta da luta pela terra. Sobre a noção de práticas de letramento, Street (1993) afirma que ela deve ser entendida como um conceito mais amplo do que *evento de letramento*, por envolver tanto os comportamentos quanto as conceitualizações relacionados ao uso de escrita e/ou da leitura.

Tanto os conceitos de evento e prática de letramento quanto de *gênero do discurso*

serão utilizados para que possamos conhecer os usos sociais de escrita dos participantes da pesquisa e nos aproximar dos sujeitos para “des-cobrir” os significados que eles atribuem a suas práticas.

No clássico texto *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2003) inicia sua argumentação pela definição de *gênero*, atendo-se, na maior parte do texto, à noção de enunciado. Essa atenção ao enunciado se deve à relevância de os enunciados e seus tipos, ou apenas os gêneros do discurso, serem “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (p. 268). Na definição do autor,

em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo, é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (Bakhtin, 2003, p. 266).

Nesse trecho, o autor enfatiza o caráter contingente do enunciado, o que se deve ao funcionamento da maneira como concebe a linguagem – dialógica e, por isso, sempre contingente e em movimentos de estabilidade e rupturas. O autor ressalta que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (p. 261). Esses usos, segundo Bakhtin (2003), refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo não só pelo conteúdo temático e pelo estilo da linguagem (seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua), mas acima de tudo pela construção composicional. Dessa forma, os três elementos do gênero – o tema, o estilo e a estrutura composicional – “estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (p. 262).

Discutindo as diferenças entre gênero textual e discursivo, Rojo (2005, p. 196) expande esses três componentes do gênero da seguinte forma: o primeiro, o tema, seriam os conteúdos ideologicamente conformados que se tornam comunicáveis (dizíveis) através do gênero; o segundo, o estilo (ou as marcas linguísticas), seriam as configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor e da forma composicional do gênero; por fim, o terceiro, a estrutura composicional, seriam os elementos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero (forma). O Quadro 1, a seguir, sintetiza a composição do gênero:

Quadro 1: Dimensões dos gêneros do discurso

Fonte: Rojo (2005, p. 196)

A respeito da categorização de gêneros primários e secundários, Rodrigues (2005) propõe que, ainda que Bakhtin afirme que gêneros secundários tenham relação com a escrita,

não é a escrita o princípio de diferenciação, pois há gêneros primários escritos, como o diário íntimo, e gêneros secundários orais, como a palestra. O papel da escrita indicado pelo autor na constituição dos gêneros secundários pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários (p. 169).

Em alinhamento com essa interpretação de Rodrigues (idem), entendemos a ata como um gênero mais padronizado por ser menos flexível a mudanças, assim como os documentos oficiais. Como a Associação é uma entidade jurídica, as Assembléias que ocorrem entre seus participantes precisam ser formalizadas a partir do registro em ata, documento que passa a ter valor jurídico. Nessa compreensão de gênero discursivo, há uma intrínseca relação entre os aspectos que compõem a situação comunicativa, as práticas de linguagem e a realização dos gêneros.

Ao analisar as disputas que ocorriam ao longo de um processo de titulação de terras quilombolas, as relações de poder que se estabeleciam ressaltavam a relevância de se entender esse processo a partir dos usos da linguagem, tanto as divergências entre os atores envolvidos nessa luta – líderes quilombolas, agentes do Estado, movimentos sociais – no entendimento do que significa quilombo, quanto os conflitos emergentes nas tentativas de diálogo existentes se refletiam no uso da linguagem. Para analisar criticamente esse cenário, compreendemos a linguagem como um lugar de interação e disputas.

4. A ata também pode ser nossa

Nesta seção, analisaremos as atas produzidas na Associação, partindo de uma concepção ampliada de diálogo. Tomando a perspectiva bakhtiniana, vamos observar as atas como uma produção discursiva que refrata a luta pela terra na qual as lideranças quilombolas estão inseridas.

As atas possuíam uma estrutura composicional bem delineada, com abertura, descrição dos presentes no evento, pauta, discussões, encaminhamentos, fecho e assinaturas. Elas passaram a fazer parte das escritas na comunidade por uma exigência da negociação pelo título da terra: para dialogar com os agentes externos, os moradores da comunidade quilombola precisavam ser representados pela Associação Comunitária. Sua escrita era, em geral, atividade das secretárias da Associação, função sempre ocupada por mulheres jovens que dominavam a escrita. Vemos isso como uma estratégia bastante usada localmente para distribuir as funções que exigem escrita para os mais escolarizados.

Entendemos a ata como um gênero por ela ser “uma forma de dizer que foi constituída sociohistoricamente, com uma estrutura (composicional)” (Bunzen, 2005, p. 42) que possui um contexto de produção que envolve os encontros de negociações com os atores externos à comunidade. No caso da comunidade quilombola gaúcha que investigamos, esse gênero foi exigido em decorrência da constituição da Associação Comunitária. Os conflitos que emergiram no uso dos documentos exigidos para o funcionamento da Associação provocaram mudanças no valor atribuído pelos associados às formas como negociavam com os agentes externos, como os que representavam o INCRA. Isso se estende aos gêneros necessários a essas negociações. Esse processo acarretou, conseqüentemente, modificações nos gêneros que emergiram no local, como fica mais explícito nos textos produzidos.

Para entender como as atas refletem as mudanças nas funções sociais em Casca, analisaremos duas delas redigidas no *Livro de Atas da Associação Comunitária Dona Quitéria*: as atas de 24 de outubro de 1999 (n. 2) e de 16 de novembro de 2009 (n. 63), escolhidas entre um total de setenta e sete (Ata 01 a Ata 77). Para sua análise, triangulamos com dados de outra natureza, levando em conta as observações e entrevistas informais que realizamos em campo.

A ata é um registro ou resenha dos fatos ocorridos e das resoluções tomadas em uma Assembléia ou reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação ou uma associação, como em nosso caso. Por ter esse caráter oficial, a ata é um gênero menos sujeito a mudanças, que possui uma estrutura composicional bastante rígida. Em sua forma relativamente estável, o gênero ata costuma ser escrito em terceira pessoa, como a marca da impessoalidade daquele que registra, estruturado a partir de uma abertura (com a data, a identificação das pessoas presentes, o lugar onde ocorre o encontro e a hora de início da reunião), a pauta, o relato da discussão e o fechamento formulaico (contendo as assinaturas).

Nosso interesse na análise será mostrar como as mudanças, ocorridas no gênero ata, decorrem das alterações nos valores acerca do seu uso, conforme descrição da seção anterior.

Os dois documentos ilustram dois momentos na produção local que vai de um distanciamento à organização mais rígida do gênero até uma aproximação e apropriação do uso, com a escolha de uma estrutura que atende aos interesses da Associação. Em um primeiro momento, as atas se distanciavam da estrutura composicional dos textos do gênero. Como exemplo, transcrevemos a *Ata de 24 de outubro de 1999*.

“Aos dias vinte quatro de outubro de mil novecentos e noventa e nove, ocorreu uma reunião para discutir sobre algumas sugestões do que a Casca precisa:
1º termo e notação de trabalho que seu Artur fala; e tendo a responsabilidade a sociedade
Sei que é uma luta que vai ser respondido com serviços sério e confiante na luz que eu trago comigo em parceria com a vida e meus colegas que comigo estão nesta luta.
Com fé na minha equipe que juntos lutaremos para ganhar e com a ajuda da comunidade que vai ser muito importante estar nesta vitória que ficará marcada na nossa história aqui na Casca, fundada a sociação da comunidade Dr^a. Quitéria, está é nossa alternativa e nosso desejo de ser encaminhados da grande campanha de forças para enfrentar o nosso objetivo para mostrar serviço nescessita garra, prescistencia, coraje e fé em Deus, mas tudo se consegue a união faz a força vamos dar as mãos e confiar que chegamos lá juntos, basta não vasilar e ter pensamento positivo vai ajudar muito. Não vamos pensar e pedir ajuda a Deus que tudo dará certo, os nossos serviços financeiros para contribuir nossa sede; móveis, maquinário, trator, ferramenta e uma ambulância para estabelecer um posto de saúde...
Braços fortes, colaboração e apoio, e também uma boa assistência.
(segue assinatura da escrevente)”

Essa ata ilustra bem as produções iniciais do registro das Assembléias na Associação Comunitária. A pauta indicada “para discutir sobre algumas sugestões do que a Casca precisa” tornou-se a unidade temática desse texto: “do que a Casca precisa”. Há uma mudança na enunciação do escrevente da ata, que passa a transcrever a fala de seu Artur, em primeira pessoa: “*tendo a responsabilidade a sociedade sei* que é uma luta que vai ser respondido com serviços sério e confiante na luz que eu trago **comigo** em parceria com a vida e **meus** colegas que comigo...”. A discussão a seguir refere-se a um chamado às pessoas enquanto um grupo através do discurso religioso e do marco de fundação da comunidade: “Com *fé na minha equipe que juntos lutaremos* para ganhar e com a ajuda da comunidade que vai ser muito importante estar nesta vitória que ficará marcada na **nossa** história aqui na Casca, *fundada a sociação da comunidade Dr^a. Quitéria*”.

Esse tema está em conformidade com este período da organização da Associação: agregar os moradores locais para participar e, conseqüentemente, inserirem-se no processo de titulação quilombola. Nesta ata, o discurso de agregação é refletido a partir de uma

organização mais distante de uma estrutura padrão do gênero: inicia com a abertura, indica a data e a pauta do encontro e, em seguida, transcreve o discurso do presidente da Associação para a Ata.

Os condicionantes da situação provocaram uma inovação que resultou na possibilidade da incorporação de discursos dos participantes da atividade, como seu Artur, ex-presidente da Associação. Essa estratégia pareceu “incorporar” a pessoa ao texto, em um fenômeno semelhante ao que Niño-Múrcia (2004, no prelo) destaca: a agência das mulheres na elaboração de atas em uma Associação de mulheres indígenas peruanas. O uso de pronomes na primeira pessoa seria, para a autora, um indicador forte para revelar a apropriação do gênero nas atas, que poderia ser vista na pessoalidade presente na conjugação dos verbos em primeira pessoa e na transcrição da fala dos participantes. Ao enunciar em primeira pessoa, na escrita da ata, a redatora reporta o discurso de um participante da Assembléia e, com isso, evidencia mudanças também no estilo.

Num segundo momento, a *Ata 63* traz o registro de uma reunião para organização de atividades que realizariam em comemoração ao dia 20 de novembro, o *Dia Nacional da Consciência Negra*. O uso da ata serve para registrar as atividades internas do grupo, como pode ser observado no excerto dessa ata que segue, no qual destacamos seus encaminhamentos.

“ (...) debater as necessidades e definir as proposições das comunidades quilombolas perante as entidades apoiadoras. Após um breve debate na parte da manhã, foi efetuada um trabalho de grupo na parte da tarde em que foram debatidas as seguintes questões: REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: - saúde: melhorar o atendimento medico-odontologico e implatar unidades de saúde junto as comunidades quilombolas, buscando o cumprimento da Lei Federal que determina o atendimento exclusivo para as comunidades quilombolas, e buscar a participação das comunidades junto aos conselhos municipais de saúde; educação: inserir o tema da cultura negra no ensino escolar; organização social: buscar maior aproximação com o IACOREQ para assessoria, buscar políticas públicas voltadas pra as comunidades quilombolas; gestão elaboração de proposta de gestão para as patrulhas agrícolas que serão entregues as comunidades quilombolas, desenvolver iniciativas do plantio e a venda coletiva de produtos; Propostas: criar uma sistemática de reuniões entre os representantes das comunidades; - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE APOIO: respeitar os valores, a visão de mundo das comunidades quilombolas; buscar soluções coletivas (e não individuais) para as necessidades das comunidades quilombolas; - fortalecer a comunicação entre as comunidades quilombolas”

A festa aconteceria na sede da *Associação Comunitária Dona Quitéria*, no sábado da *Semana da Consciência Negra*. As orientações são direcionadas tanto aos agentes externos,

entidades de apoio, quanto às próprias lideranças das comunidades. A segunda ata, além de se apresentar mais próxima da estrutura composicional e do estilo do gênero canônico, contém temas relativos a ações mais cotidianas, como a organização de festas e atividades entre as comunidades quilombolas.

A necessidade interna de registrar suas atividades aponta para a emergência de um agenciamento local das lutas quilombolas. A organização junto a outras Associações e o encontro construído a partir de demandas entre as comunidades mostram que as lideranças não se reúnem mais apenas em torno de uma “pauta externa” (gerenciada ou indicada por agentes de fora), mas também constroem suas próprias pautas. Nesse cenário, a ata é apropriada com uma função que faz parte das práticas da própria comunidade, como o registro das atividades e discursos dos “de dentro”.

A análise das atas da *Associação Comunitária Dona Quitéria* permite apontar que os conflitos e as tensões vivenciados pelos líderes quilombolas, ao longo do processo de titulação, vão conformando os gêneros que são exigidos nessa interação com o Estado. Convergindo com a noção de dialogismo de Bakhtin, podemos ver que as necessidades e conflitos entre os participantes da interação, provocadas por diferentes índices de valor que os sujeitos constroem, modificam seu acento valorativo, o que acarreta mudança no tema (a intenção diferente ao escrever a ata, a ata ser “um documento de pressão”), no estilo (como a escolha de formas linguísticas que desse destaque para as negociações e os encaminhamentos acordados) e na estrutura composicional (como o uso de sinais gráficos e letras em maiúscula e a ordem no texto).

Há trabalhos (Almeida, 2009; Niño-Múrcia, 2004) que também revelam experiências de agenciamentos e autonomia³, por meio de estratégias distintas, que culminam na incorporação do uso de um novo gênero no grupo ao qual pertencem. No estudo de Almeida (2009), as atas são entendidas como práticas socioculturais, pois elas mostram-se como “narrativas locais de resistência e busca de autonomia” e estão relacionadas à constituição da Associação Comunitária. Na investigação de Niño-Múrcia (2004), o uso das atas faz parte das práticas da comunidade desde um período muito anterior à Constituição da Associação local. Para a autora:

estes documentos públicos trazem à memória e fazem conscientes as obrigações contraídas com o grupo que gera o texto. Aqui podemos

³ No que se refere a esses termos, César (2006) destaca sobre a autoria e a autonomia na escrita, para grupos minoritários de tradição basicamente oral, que “a apropriação da escrita e outras práticas discursivas contra a corrente do silenciamento historicamente determinado acentua o caráter descontínuo dessas práticas, levando-as a ‘falar por si mesmas’ e a produzir deslocamentos nas posições subalternas.” (p. 321).

considerar esta escrita concretamente como um ato multifuncional, posto que os documentos podem estabelecer obrigações, refletir os vínculos entre os membros, estabelecer ou incrementar o prestígio de seus membros, identificar aos indivíduos o ao *ayllu* sua maneira de entender a dinâmica social na qual vivem (p. 356-7).

A Ata 63 ilustra como os líderes quilombolas participantes deste estudo realizam estratégias de apropriação e autonomia na medida em que os quilombolas passam a usar o gênero como parte das práticas locais a serviço de objetivos da comunidade. Essa apropriação revela como se dá esse processo de mudanças nas práticas de letramento locais, o que resulta em construções de conhecimentos para os atores. No caso da ata, ela passou de um documento no qual estava inscrita a palavra “deles”, os “de fora” da comunidade, a um documento que funcionava como parte do processo de planejamento, registro e elaboração de ações realizadas pela própria comunidade, em prol do movimento de reivindicação das terras quilombolas.

5. Palavras para finalizar

Nossa análise propõe que o uso do gênero discursivo ata, o qual servia, num primeiro momento, para registrar atividades do campo da negociação para o título da terra, passa a ser apropriado, ao longo do processo de regularização, pelas lideranças para suas próprias atividades locais. Isso mostra como ainda que as atas tenham sido um gênero inserido em resposta à exigência da burocracia estatal, circunscrito às atividades de que participa a Associação como parte de uma prática de letramento imposta, ou dominante (Kleiman, 1998; Barton e Hamilton, 2004), os sujeitos criaram estratégias para lidar com ele e torná-lo próprio, quando seu uso (que se constrói) passa a ser constituinte de atividades de/para/entre quilombolas.

Como observávamos nas atividades cotidianas, a ata não era um instrumento necessário nas interações entre os membros da comunidade; no entanto, com o processo de titulação e com a constituição da entidade de representação jurídica do grupo, foi justamente esse gênero que passou a ser compreendido como um instrumento para lidar com os “eles”. A ata tornou-se um gênero para pressionar as instituições externas, a partir do registro de atividades com os agentes de fora para os quais poderia vir a ser necessário comprovar no papel suas negociações feitas via oral. Com isso, vemos que entre os valores atribuídos à escrita no local, para além de ter sua própria letrinha para ter um peso social maior⁴ nas

⁴ No dia da apresentação do projeto de mestrado, um morador da comunidade, quando discutia sobre a vergonha sentida por alguns moradores de não conseguirem assinar seu próprio nome, falou que uma das importâncias

negociações com os de fora, passa a ser considerado importante também que essa letrinha tenha um peso dentro da própria comunidade e afinado a seus interesses.

A emergência de eventos de letramento, que são constituídos de novos gêneros de discurso escritos e orais com os quais os quilombolas tiveram de lidar, no âmbito da Associação, modificou práticas de letramento locais. Essa instituição local foi um espaço onde o uso de textos escritos foi promovido como forma de viabilizar a comunicação do grupo com representantes de diferentes instituições que possuíam práticas de letramento (burocráticas de prestígio) muito distintas das práticas locais do cotidiano quilombola, ou seja, atuou como uma *agência de letramento* no local. Embora muitas práticas de escrita tenham sido inseridas no grupo como uma exigência externa, ao lidar com ela, as lideranças tornaram-nas relevantes aos interesses do próprio grupo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Elvina P. R. Identidade étnica e práticas de letramento: análise das Atas da Associação Quilombola de Araçá-Cariacá. Texto apresentado no **I Congresso de Linguística Histórica**, Salvador/Bahia, junho de 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. [Voločínov]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Ed. 7. Hucitec: São Paulo, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Maritns Fontes, 2003, pp. 261-306.
- BARTON, David; HAMILTON, Mary. La literacidad entendida como práctica social. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patrícia. **Escritura y sociedad. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas**. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004, pp. 109-139.
- BUNZEN, Clécio. **Livro didático de Língua Portuguesa: um gênero do discurso**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), UNICAMP, Campinas, 2005.
- CÉSAR, América L. “Focos de autonomia”: uma tentativa de redefinição política e localizada da autoria. In: MOTA, Kátia; SCHEYERL, Denise (orgs.). **Espaços linguísticos: resistências e expansões**. Salvador: EDUFBA, 2006, pp. 286-311.
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. 2.ed. Trad. de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

do curso de alfabetização na própria comunidade era que para os estudantes “tendo a sua própria letrinha... é um peso maior”. Sua fala reflete alguns dos anseios e motivações para aprender a escrever.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin.** São Paulo: Parábola, 2009.

HEATH, Shirley B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language and Society**, (11), 1982, p. 49-76,.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

_____. Schooling, Literacy and Social Change: Elements for a critical approach to the study of literacy. In: OLIVEIRA, M. K.; VALSINER, J. (eds.) **Literacy in Human Development.** London: Ablex Publications, 1998, pp. 183-225.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento.** A comunidade de Casca em Perícia. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma linguística indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006.

NIÑO-MURCIA, Mercedes. “Papelito manda”: la literacidad en una comunidad campesina de Huarochirí. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patrícia. **Escritura y sociedad.** Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004, pp. 347-366.

_____. The Roots and the Growth of Women’s Writing in a Peruvian Village. In: KAUSHIK BASU, Bryan Maddox; ROBINSON-PANT, Anna. (org.). **Interdisciplinary Approaches to Literacy and Development.** London: Routledge, no prelo.

RAMA, Angel. **A cidade das letras.** SP: Editora Brasiliense S.A., 1985 [1984].

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005, pp. 152-183.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005, pp. 184-207.

SITO, Luanda. **Ali tá a palavra deles: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Campinas, 2010.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Introduction: the New Literacy Studies. In: STREET, Brian (org.). **Cross-cultural approaches to literacy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZAVALA, Virginia. **(Des)encuentros con la escritura.** Escuela y comunidad en los Andes peruanos. Lima: Red para el Desarrollo de las ciencias Sociales en el Perú, 2002.